

Intervenção do Primeiro-Ministro

Debate quinzenal

4 de março de 2020

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Neste momento, em que o mundo se confronta com a ameaça suscitada pelo novo coronavírus, quero dirigir a todos os Portugueses um apelo à vigilância e à adoção de comportamentos responsáveis, mas também uma mensagem de serenidade e de confiança nas nossas autoridades de saúde pública e no Serviço Nacional de Saúde.

Como é sabido, Portugal registou no início desta semana os primeiros casos positivos da doença Covid-19. E a minha primeira palavra é de solidariedade para com aqueles que se encontram doentes ou infetados pelo vírus, bem como os respetivos familiares e amigos.

Desde a primeira hora, tudo tem sido feito para garantir uma resposta adequada e para assegurar que nos preparamos o melhor possível para enfrentar esta epidemia.

Foi o que fizemos, desde logo, na operação de repatriamento dos Portugueses que se encontravam em Wuhan e, seguidamente, na criação de condições para que permanecessem em isolamento profilático durante 14 dias. Bem como no apoio diplomático prestado aos nossos concidadãos que se encontravam no barco atracado no Japão.

Entretanto, a Direção-Geral da Saúde, tem vindo a montar um dispositivo de resposta gradativo e proporcional.

A 31 de janeiro foi constituída uma *task force* para a doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19). Foram imediatamente ativados três hospitais de referência: o Curry Cabral, o Dona Estefânia e o São João, que ainda ontem tive oportunidade de visitar, tendo constatado o profissionalismo, a normalidade e o sentido de responsabilidade com que está a responder a esta situação. O INEM reservou ambulâncias dedicadas para o transporte de doentes suspeitos de terem contraído o vírus. A Linha Saúde 24 foi reforçada com mais 100 enfermeiros e foi criada uma nova Linha de Apoio ao Médico que se tem revelado essencial no esclarecimento e aconselhamento aos profissionais de saúde, bem como na validação dos casos suspeitos.

Foi convocado o Conselho Nacional de Saúde Pública, órgão vital para o enquadramento das decisões a tomar perante surtos epidémicos de

grande escala. E a Direção-Geral da Saúde tem vindo a emitir um conjunto de orientações técnicas relativas às medidas de prevenção, controlo e vigilância a adotar nesta fase, em diversos domínios de atuação, designadamente no que diz respeito aos locais de trabalho ou ao transporte marítimo e aéreo.

Nos voos provenientes da China e, mais recentemente, de Itália estão já em prática algumas medidas preventivas, designadamente a recolha dos contactos dos passageiros com vista à sua localização em caso de necessidade.

Com cinco casos positivos até ao momento, encontramos-nos ainda numa fase de contenção da epidemia, embora se trate já de uma contenção alargada. Isso significa que os meios inicialmente mobilizados têm vindo a ser progressivamente reforçados. Assim, foram já ativados 4 hospitais de segunda linha e há outros 6 hospitais em estado de prontidão. Estão identificadas cerca de 2.000 camas de isolamento que podem ser disponibilizadas, 300 das quais em cuidados intensivos. São já 8 os laboratórios habilitados a realizar testes ao novo coronavírus.

O SNS dispõe de uma reserva estratégica de 2 milhões de máscaras e outros equipamentos de proteção individual, a que se soma um stock de 1,6 milhões de máscaras da Cruz Vermelha Portuguesa, que se destinam

a ser utilizadas essencialmente por profissionais de saúde e pessoas infetadas ou em avaliação, uma vez que a sua utilização pela população em geral não é aconselhada. O stock de medicamentos do SNS foi também reforçado em cerca de 20%.

Mas, para além do sistema de saúde, há outros domínios em que é importante estarmos preparados. Por isso, na passada segunda-feira foi publicado um despacho determinando que todos os serviços públicos elaborem, no prazo de cinco dias úteis, planos de contingência específicos, à luz das orientações técnicas definidas pela Direção-Geral de Saúde.

Ainda ontem reuniu a Comissão Nacional de Proteção Civil, de modo a avaliar o nível de prontidão e definir as ações de prevenção, de preparação e de resposta que todas as entidades competentes devem adotar nos diversos cenários possíveis de evolução desta epidemia. Esta Comissão está agora em funcionamento permanente para acompanhar o evoluir da situação e tomar as medidas que, em cada momento, se revelem adequadas.

Noutro plano, quisemos também salvaguardar os direitos laborais daqueles que, por razões de saúde pública, não possam ou não devam comparecer nos respetivos locais de trabalho, por decisão de uma

autoridade de saúde pública, continuando a receber o seu salário por inteiro, tanto no setor público, como no setor privado.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Estamos conscientes do impacto negativo que a epidemia em curso poderá também vir a ter no comportamento da economia mundial, em particular no setor do turismo. O Eurogrupo, que reuniu hoje por teleconferência, está a monitorizar atentamente os desenvolvimentos económicos e financeiros, em conjunto com a Comissão Europeia e o BCE, havendo disponibilidade para utilizar toda a flexibilidade do Pacto de Estabilidade e Crescimento no sentido de haver uma resposta coordenada.

Em Portugal, divulgaremos até 15 de abril as novas estimativas de crescimento para 2020 e anos seguintes, e não deixaremos de refletir este risco na projeção a apresentar. Em todo o caso, importa lembrar que a economia portuguesa foi a que melhor resistiu à desaceleração económica de 2019, tendo mesmo sido a economia cujo crescimento mais acelerou na parte final do ano, o que nos permite encarar a situação atual com serenidade.

O Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital já teve oportunidade de reunir com as principais associações empresariais para fazer um ponto de situação e procurar formas de minimizar os efeitos desta epidemia. Até ao momento, o impacto económico para as empresas portuguesas tem sido moderado ou reduzido. Não se esperam quebras significativas nas cadeias de fornecimento de componentes, até porque a China está já a retomar a sua atividade industrial. Apenas no setor do turismo, viagens e eventos, tem havido uma quebra de procura e alguns cancelamentos, cujo impacto verdadeiramente dependerá da duração e da gravidade do surto epidémico. Continuaremos, pois, a monitorizar a situação e, se necessário, estamos em condições de lançar uma linha de crédito para apoio de tesouraria às empresas no valor inicial de 100 milhões de Euros.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

A prioridade de saúde pública, neste momento, tem de ser a prevenção dos riscos de contágio, com vista à contenção da epidemia.

O protocolo de atuação poderá variar, em função da gravidade da situação e da evolução que a epidemia venha a ter no nosso país, desde

o internamento hospitalar, ao isolamento profilático em casa ou mesmo à quarentena por determinação das autoridades competentes. Quer a Lei de Bases da Saúde, na sua Base 34, quer a Lei 81/2009, preveem a possibilidade, a título excecional, de “separação de pessoas que não estejam doentes [...] de forma a evitar a eventual disseminação da infeção ou contaminação”. Existe, pois, enquadramento legal para a adoção das medidas que se revelem necessárias para prevenir o contágio num cenário de transmissão comunitária do vírus.

Tais medidas devem sempre observar o princípio da proporcionalidade, sendo adotadas de forma gradual e apenas em caso de necessidade. Até porque o pior vírus é mesmo o do alarme social.

Quero, a este respeito, louvar o civismo que os Portugueses têm demonstrado e o sentido de responsabilidade com que têm sabido lidar com este fenómeno. Quero também agradecer todo o empenho e mobilização dos profissionais de saúde, que pude testemunhar diretamente em várias ocasiões ao longo dos últimos dias, e manifestar plena confiança no seu trabalho.